

ESTUDO DE CASO: ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DE RAMPA EM ESCADARIA DE UMA PARÓQUIA DE ANDRADINA (SP): Aplicação da NBR-9050:2015

Daiane Pereira Bronzin

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Laura de Oliveira Walter

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Sérgio Vinícius Calvoso

Graduando em Arquitetura e Urbanismo,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Marielen de Paula Queiroz

Arquiteta e Urbanista – UEM;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Jéssica Rodrigues Alves

Arquiteta e Urbanista – UniSAL;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

Este artigo estuda a viabilidade de proposta para implantação de rampas de acesso na entrada principal de uma paróquia no Município de Andradina, Estado de São Paulo – baseado nas determinações da NBR-9050:2015 e nas orientações de segurança publicadas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo através do Decreto Estadual 63.911:2018 e suas instruções técnicas relevantes nesta análise. A acessibilidade é direito garantido a todos que ocupam os centros urbanos, no entanto, na história arquitetônica e social das cidades a organização do espaço urbano antes pautada por regras e estilos, ainda nos dias atuais preserva um cotidiano pouco inclusivo para os indivíduos com limitações motoras e sensoriais.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; rampas de acesso; igreja matriz; NBR-9050.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade universal trata do direito de ir e vir e da dignidade de todo e qualquer cidadão que busca ocupar a cidade, exercer uma atividade, viver os seus costumes e praticar a cidadania.

O crescimento frenético e improvisado dos centros urbanos alavancado pelo desenvolvimento da indústria e fortalecimento do comércio soma-se ao exercício de uma arquitetura secularmente despreocupada com as necessidades dos indivíduos que não contam com a totalidade de suas funções motoras ou sensoriais, sejam

limitações parciais ou com alto grau de comprometimento.

Os aspectos históricos, as influências estilísticas e a organização social das cidades são fortes contribuintes para a consagração de uma postura negligente e descompromissada – em todas as esferas sociais – na oferta de soluções construtivas capazes de incluir indivíduos com algum grau de comprometimento físico e/ou sensorial em situações cotidianas comuns a todo e qualquer cidadão. O rol de obstáculos no cotidiano de indivíduos portadores de necessidades especiais pode ser descrito desde o simples caminhar por um passeio público até orientar-se pela cidade de forma clara, eficiente e segura.

Historicamente, a arquitetura religiosa aparece nas mais variadas sociedades com destaque e imponência diante dos seus seguidores e ‘oponentes’. Muitos estilos arquitetônicos de época estão indiretamente, direta ou exclusivamente ligados às predeterminações dogmáticas dos influentes sacerdotes e autoridades religiosas, de seus tempos ou não, nas decisões sobre a ocupação urbana, forma e tipologia arquitetônica.

Também a hierarquia social, advinda do sistema de comércio do homem que se estabiliza e produz, o direito à terra e a valorização do imóvel como patrimônio, faz aumentar a segregação social que determina o traçado e o desenho das cidades.

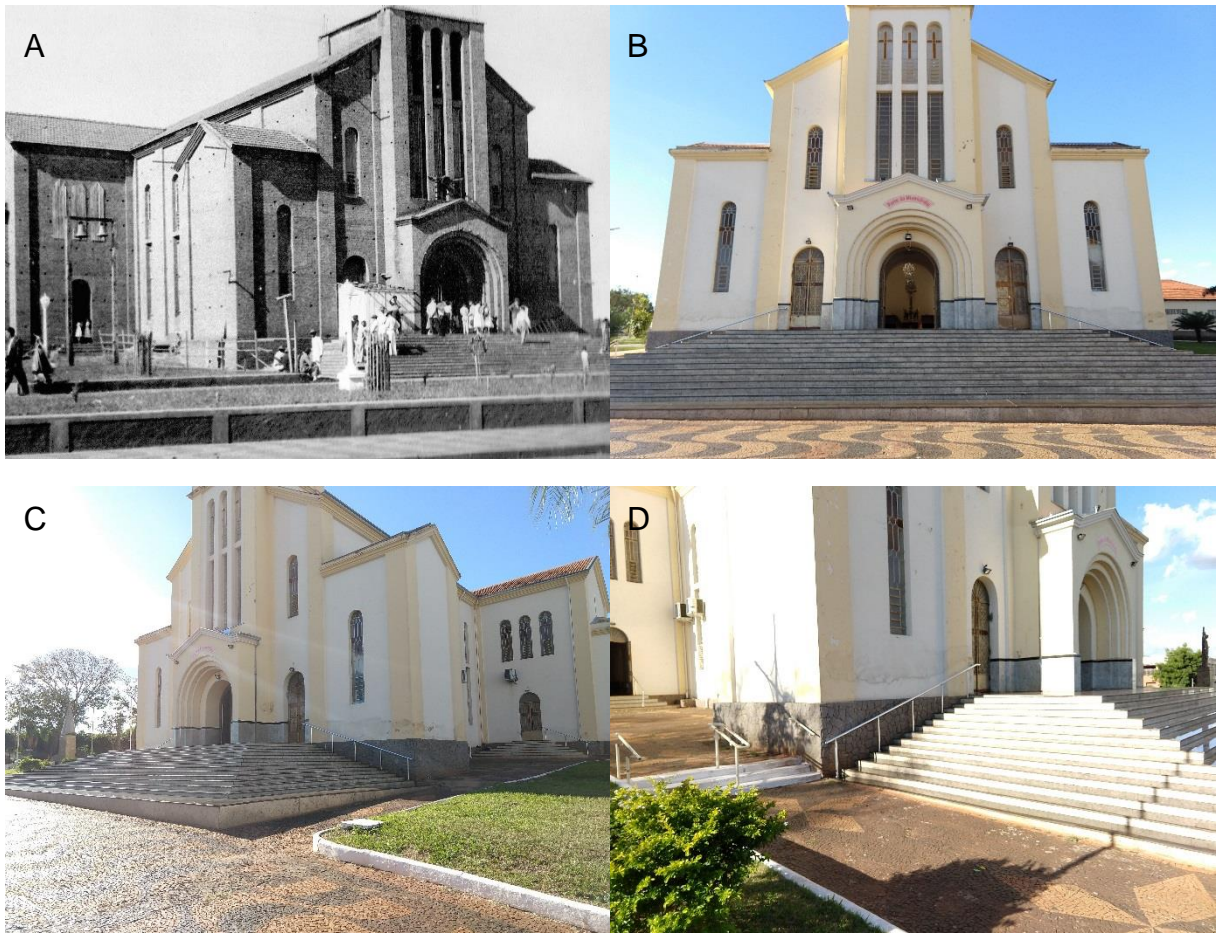
Por fim, uma legislação tardia, aplicada em uma sociedade formatada em modos e costumes consagrados sobre uma cidade inapta para receber cidadãos especiais e com recursos escassos para satisfazer as demandas criadas por leis e decretos que superdimensionam as necessidades tornando as expectativas de melhoria e adequações técnicas ainda mais difíceis de serem alcançadas.

2 OBJETIVOS

O objetivo primário deste estudo é verificar a aplicabilidade das orientações técnicas para dimensionamento eficiente e seguro de rampas de acesso na principal escadaria de uma paróquia em Andradina, a fim de cumprir exigências legais vigentes não verificadas no prédio atualmente, mas também sem descaracterizar seu estilo arquitetônico a ponto de impactar negativamente na opinião pública a respeito do tema que transcorre sobre o bem material e imaterial de um edifício que, embora não tombado, carregue em si um grande valor cultural e histórico para os

cidadãos andradinenses, principalmente os que possuem vínculo com a religião católica. A Figura 1 apresenta a escadaria principal do edifício da referida paróquia durante a construção e três ângulos (frontal, à direita e à esquerda) da mesma, nos dias atuais.

Figura 1. Escadaria principal da paróquia.



A. Escadaria durante a construção do edifício. B. Visão frontal atual. C. Visão lateral à direita. D. Visão lateral à esquerda.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como objetivo secundário, apresenta-se uma sugestão intervencionista em concomitância com a implementação das rampas de acesso, acrescentando-se um “altar externo” proeminente e elevado, cravado no eixo da escadaria principal e sobre um florido canteiro, de modo que alguns ritos litúrgicos possam ser celebrados à frente da paróquia em céu aberto, como uma missa campal ou na forma conjunta a comemorações com a comunidade (quermesses e datas comemorativas) nas quais sejam relevantes às manifestações religiosas junto às festividades da sociedade que usufruem do espaço público e privado.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A consulta das leis em vigor e das normas aplicáveis ao contexto real e à expectativa original do estudo representou grande parte da fundamentação deste artigo, que teve como um dos principais documentos para tal fundamentação teórica a NBR 9050/2015 - acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Não menos importante e com o intuito de garantir todas as medidas de segurança nestes dispositivos para acessibilidade, foi consultado também o Decreto Estadual nº 63.911/2018 de São Paulo e suas Instruções Técnicas, em especial a IT-11/2018 – Saídas de Emergência, onde estão estabelecidos parâmetros para as características construtivas, os tipos de materiais, o dimensionamento e a resistência estrutural dos elementos de segurança em rampas e escadas. Entretanto, a opinião pública também foi um elemento considerado neste estudo de caso através de uma pesquisa quantitativa que teve como principal método a aplicação de um questionário simples de respostas objetivas a respeito da implantação ou não de rampas de acesso. Este questionário foi desenvolvido para a obtenção de dados de opinião posteriormente transcritos em gráficos que demonstraram o parecer da população consultada.

A partir das medições “in loco” (levantamento planialtimétrico e fotográfico) realizadas com o auxílio de equipamentos de precisão e técnicas largamente difundidas e consagradas no âmbito técnico, foram obtidas as medidas úteis e os desníveis pertinentes aos objetivos deste estudo de caso, possibilitando determinar a largura útil e o comprimento das rampas, os acessórios obrigatórios, os detalhes construtivos, os materiais a serem empregados, a inclinação longitudinal e transversal das rampas e também a necessidade de patamares de descanso.

A elaboração de croquis à mão livre e simulações digitais foi imprescindível ao entendimento e certificação da aplicabilidade das duas propostas cogitadas neste artigo. Foram utilizados, além de ferramental para desenho técnico, computadores e programas específicos para o desenho técnico digital – CAD.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O consenso de preservar o máximo dos aspectos construtivos e estilísticos

existentes influenciou drasticamente no traçado das rampas e determinou a forma de ocupação em planta em ambas as propostas. Desta forma foi possível conservar a efetiva e tradicional capacidade de trânsito na escadaria, contudo com o acréscimo de itens de segurança atualmente insatisfatórios diante das orientações normativas.

Figura 2. Croqui Ilustrativo das rampas de acessibilidade e altar.

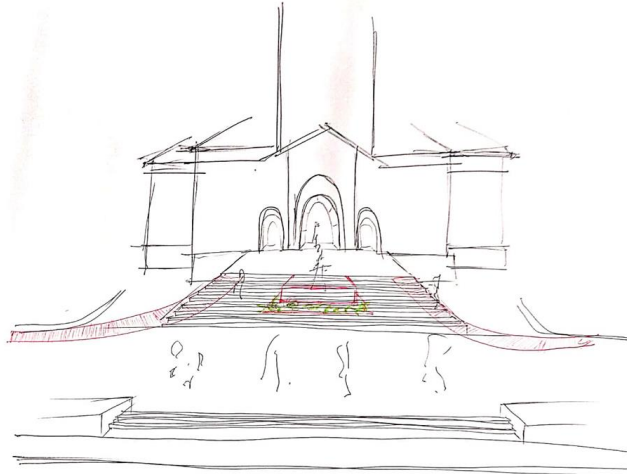
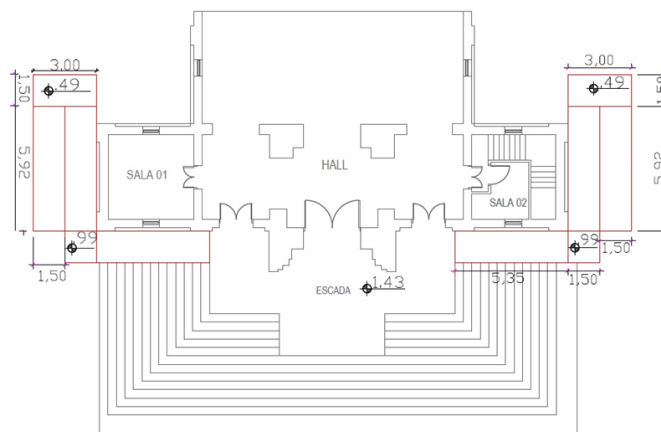
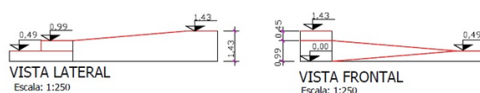


Foto: Elaborado pelos autores.

Figura 3. Croqui Ilustrativo das rampas laterais.



PLANTA BAIXA
Escala: 1:500



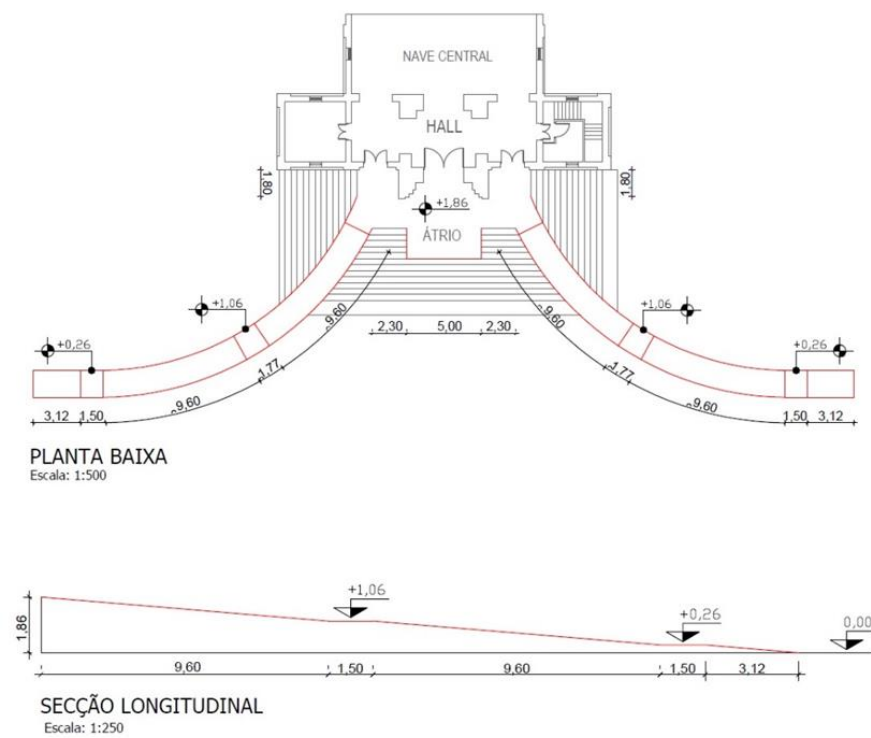
Fonte: Elaborado pelos autores.

Na primeira abordagem chegamos a um resultado satisfatório quanto à solução do problema levantado, ou seja, garantia de acessibilidade em uma igreja de grande relevância para a cidade. Contudo, os autores não ficaram satisfeitos com o resultado estético sob o ponto de vista arquitetônico e/ou plástico. As Figuras 2 e 3

apresentam, respectivamente, os croquis ilustrativos das rampas de acessibilidade e altar e das rampas laterais.

Os autores deste estudo de caso julgaram a implantação de uma proposta mais arrojada muito mais plausível de atenção, seja pelo caráter arquitetônico, ou seja, pelo potencial transformador que vai além da mínima satisfação do problema, pois as simulações demonstraram que, além de aplicável, poderiam proporcionar uma mudança marcante na rotina costumeira dos ritos litúrgicos, hoje exclusivamente internos.

Figura 4. Croqui ilustrativo das rampas helicoidais com altar externo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

5 CONCLUSÕES

Este estudo de caso conclui que a viabilidade para implantação de dispositivos para acessibilidade na escadaria principal desta Paróquia de Andradina-SP, considerando a aplicação das leis em vigor nos âmbitos da eficiência e da segurança destes dispositivos, não depende apenas da elaboração de uma proposta técnica bem estruturada e esteticamente atraente e funcional, mas também de um conjunto de ações frente e junto à comunidade (assembleias, reuniões) para arrecadação de fundos, como campanhas promocionais, quermesses, sorteios e

outras ações. Também é notório o tradicional afrouxamento das medidas legais diante de organizações com histórico e função social como igrejas e afins e a escassa fiscalização sobre a obrigatoriedade da lei.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR nº 9050/15, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

BRASIL. Decreto Federal – nº 5296/04, Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

BRASIL. Decreto Federal nº 6949/09, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

BRASIL. Lei Federal 10.098/00, Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

BRASIL. Lei Federal nº 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Lei Federal nº 10.048/00, Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 10.436/02, Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. Lei Federal nº 10.741/03, Estatuto do Idoso.

BRASIL. Lei Federal nº 8.078/90, Código de defesa do consumidor.

BRASIL. Lei Federal nº 8.842/94, Política Nacional do Idoso.

BRASIL. Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro.

DECRETO ESTADUAL nº 63.911/18, Institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e Áreas de Risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

INSTRUÇÃO TÉCNICA nº 11/2018 – Saídas de Emergência (Corpo de Bombeiros).